

Estados abrem caminho

15 JUL 1996

Diário Público

Uma saudável aragem de senso de responsabilidade e bons princípios administrativos está soprando dos Estados. Por estarem com a corda das finanças públicas mais apertada em seus pescoços do que está o governo federal, os governadores tiveram de passar do discurso à ação e um bom número deles já está mais adiantado do que Brasília nos trabalhos de reestruturação da máquina pública estadual para adequar seu tamanho à receita disponível.

Cansados de esperar que o Congresso Nacional, com a aprovação das emendas da reforma administrativa e da reforma da Previdência, e as Assembléias Legislativas, com a aprovação de leis específicas, lhes dêem os instrumentos legais para reduzir o tamanho de seus governos, eles estão aproveitando as brechas existentes para cortar o que é possível e reduzir as folhas de pagamento, sua maior dor de cabeça hoje.

Sem mexer em nenhuma lei, o governador Mário Covas, por exemplo, já demitiu 70 mil funcionários ainda sem estabilidade e com contratos temporários, que iam se eternizando, além de cortar um número bem expressivo de cargos em comissão. Agora está preparando um programa de demissão voluntária que poderá liberar a folha salarial do Estado de mais 40 mil servidores. Programas idênticos, com algum sucesso, já são levados à prática no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro e estão em elaboração em outros Estados, como Minas Gerais. Antes mesmo disso, o governador mineiro Eduardo Azeredo cortou 35 mil servidores dos quadros funcionais do Estado e o governador fluminense Marcello Alencar fez o mesmo com 10 mil empregados públicos. Ambos reduziram cargos comissionados.

Os governadores petistas Cristóvam Buarque, do Distrito Federal, e Vitor Buainz, do Espírito Santo, também estão seguindo essa linha de austeridade. No caso, com muito mais dificuldade, porque encontram as maiores resistências, como obviamente era de se esperar, dentro de seu próprio partido. Buainz, por exemplo, tem um programa de reforma administrativa cuja

meta é cortar 10 mil funcionários, cerca de 14% do total empregado hoje pelo Estado. Esse programa é apoiado pela oposição e violentamente boicotado pelo PT estadual.

Nas privatizações e concessões, os governadores da atual safra, apesar de terem começado depois, estão mais ativos do que estava o governo federal até Antônio Kandir assumir o Ministério do Planejamento no lugar de José Serra e dar nova ênfase ao Plano Nacional de Desestatização. Dante de Oliveira, do Mato Grosso, pôs à venda o banco estadual e a companhia de eletricidade. Antônio Britto, do Rio Grande do Sul, lançou o edital de venda da Companhia Telefônica do Rio Grande do Sul, a única das teles que pertence a um governo estadual. Eduardo Azeredo tenta vender o Banco de Crédito Real e anunciou que leiloará 33% das ações do Estado nas Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig). Marcello Alencar reestrutura o Banerj para privatizá-lo ano que vem e prepara a privatização da Companhia Estadual de Gás e da Companhia de Energia Elétrica do Rio de Janeiro. Almir Gabriel acaba de aprovar o programa estadual de privatização do Pará. Mário Covas já licitou a exploração do complexo Anhangüera—Bandeirantes pelo setor privado e vai fazer o mesmo com outras estradas estaduais ainda este ano. E aprovou mês passado na Assembléia Legislativa um ambicioso e bem-engendrado programa para a privatização das companhias energéticas de São Paulo.

O sucesso dos programas estaduais de cortes de gastos com a folha salarial e com despesas administrativas mostra que é possível fazer alguma coisa para melhorar as finanças públicas sem as reformas administrativa e da Previdência. O exemplo parece ter chegado até Brasília, que começa a agir também nesse sentido (*ver nota abaixo*). O presidente da República tem a obrigação de continuar lutando para aprovar as emendas constitucionais de reforma do Estado brasileiro, mas não pode ficar de braços cruzados esperando Godot.